



aicep Portugal Global

Cabo Verde – Economia, relações económicas com Portugal e condições de acesso ao mercado

A “**Ficha de Mercado de Cabo Verde**” (dezembro de 2015), **agora publicada pela AICEP**, faz uma análise da economia cabo-verdiana, das relações económicas bilaterais e das condições de acesso ao mercado, apresentando também um conjunto de informações úteis para exportadores e investidores nacionais.

Pequeno Estado insular constituído por um arquipélago de dez ilhas, Cabo Verde tira partido de se situar geograficamente no centro das importantes rotas comerciais que ligam a África e a Europa aos mercados da América do Sul e da América do Norte. A posição geoestratégica e a relativa estabilidade económica, política e social, diferenciam Cabo Verde da maioria dos países africanos. Esta diferenciação positiva atraiu ao arquipélago a ajuda pública ao desenvolvimento, as remessas dos emigrantes e, a partir da década de noventa, o investimento privado dirigido essencialmente para o setor do turismo.

A economia cabo-verdiana assenta, sobretudo, no sector dos serviços, com o comércio, os transportes, o turismo e os serviços públicos a representar, em 2014, cerca de 72 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Os recursos naturais são escassos, existindo graves e prolongadas faltas de água - potenciadas por longos e cíclicos períodos de seca - e solos pouco férteis em várias ilhas. Se bem que cerca de 35 por cento da população habite em zonas rurais, a produção alimentar tem um peso muito reduzido no PIB (9,9 por cento em 2014), o que implica que a grande maioria dos bens alimentares necessários ao país tenha de ser adquirida ao exterior.

A estrutura das exportações portuguesas para Cabo Verde assenta, principalmente, no grupo das máquinas e aparelhos (18,8 por cento do total em 2014) e com uma evolução positiva de 18,2 por cento face a 2013. O grupo dos produtos agrícolas manteve a segunda posição no *ranking* das exportações (15,0 por cento do total). Seguem-se, por ordem decrescente de valor, os produtos alimentares, os metais comuns, os produtos químicos e os minerais e minérios. O conjunto formado por estes seis principais grupos de produtos, tradicionalmente os mais representativos das exportações portuguesas para Cabo Verde, representou 75,6 por cento do total em 2014 (75,3 por cento em 2013).

As importações originárias de Cabo Verde são claramente mais concentradas do que as exportações portuguesas para o mercado, com o vestuário e o calçado (produtos essencialmente fabricados pelas empresas portuguesas instaladas em Cabo Verde) a representarem, em conjunto, 77,4 por cento do total importado em 2014 (62,6 por cento no ano anterior). Se considerarmos ainda os produtos alimentares e as máquinas e aparelhos (ambos com 5,2 por cento), significa que apenas quatro grupos de produtos são responsáveis por 87,8 por cento das importações totais.

Cabo Verde constitui um mercado importante para as exportações portuguesas no exterior, comprovado pelo facto de, e segundo dados do INE, se ter fixado em 2 826 o número de empresas exportadoras para este mercado em 2014.

No que respeita à posição de investimento direto entre os dois países, o *stock* dos ativos de Portugal em Cabo Verde registou 234,2 milhões de euros no final de setembro de 2015 (um aumento de 0,1 por cento face à posição homóloga de 2014). Este montante indica que Portugal representava, no final de setembro de 2015, 0,5 por cento do *stock* de investimento direto total em Cabo Verde.

De qualquer modo, Portugal ocupa um lugar cimeiro entre os investidores estrangeiros em Cabo Verde. A presença portuguesa (cerca de 80 empresas) abrange praticamente todos os sectores da economia, mas com especial relevância nas áreas da construção, banca e seguros, turismo e hotelaria, comunicações, consultoria, indústria transformadora e comércio.

Ao nível do ambiente de negócios Cabo Verde encontra-se na 126ª posição do *Doing Business 2016*, tendo descido dois lugares em relação ao ano transato (em 189 economias Singapura é o país líder, ocupando Portugal a 23.ª posição). Apesar desta descida Cabo Verde procedeu, durante o ano de 2015, a algumas reformas com vista a melhorar a qualidade dos serviços públicos e reduzir os custos de contexto associados à vida das empresas, destacando-se a regulamentação da nova lei do investimento ([Decreto-Lei n.º 42/2015, de 27 de agosto](#)), a aprovação de um novo Código da Contratação Pública ([Lei nº 88/VIII/ 2015, de 14 de abril](#)) e a fusão da CI - Cabo Verde Investimentos com a Direção-Geral do Turismo ([Decreto-Lei n.º 65/2015, de 3 de dezembro](#)), passando aquele organismo a designar-se por Cabo Verde Investimentos - Agência do Turismo e Investimento de Cabo Verde.

O documento pode ser consultado [aqui](#).

2016-01-06 11:26

AICEP